

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS – **UNEAL**
CAMPUS III PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE HISTÓRIA

LUAN MORAES DOS SANTOS

ALTERIDADE EM CONFLITO: a questão de terras em Palmeira dos Índios - AL

Palmeira dos Índios - AL
2016

LUAN MORAES DOS SANTOS

ALTERIDADE EM CONFLITO: a questão de terras em Palmeira dos Índios - AL

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL Campus III Palmeira dos Índios, para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Professor Me. José Adelson Lopes Peixoto

Palmeira dos Índios - AL
2016

LUAN MORAES DOS SANTOS

ALTERIDADE EM CONFLITO: a questão de terras em Palmeira dos Índios – AL

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL Campus III Palmeira dos Índios para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Professor Me. José Adelson Lopes Peixoto

Aprovada em: 09/11/2016.

BANCA EXAMINADORA

Professor Me. José Adelson Lopes Peixoto (Orientador)
Mestre em Antropologia - UNEAL

Professora Esp. Francisca Maria Neta (1º Examinador)
Especialista em História - UNEAL

Professora Me. Ana Cristina de Lima Moreira (2º Examinador)
Mestra em Ciências da Religião - UNEAL

À minha família

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, primordialmente um ato de modéstia e reconhecimento. São muitas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram com este trabalho e com esta etapa de vida. No entanto, quero destacar aqui, aqueles que foram imprescindíveis a essa empreitada. Peço desculpas, antecipadamente, pois posso ter esquecido alguns nomes.

Sou grato:

À força que move este universo (muitos a denominaram de Deus), sem sua permissão nada disso seria possível.

À José Adelson Lopes Peixoto, meu pai acadêmico. Com quem, nesses quatro anos, aprendi a ser um homem; ao abandonar o egoísmo e a arrogância, a frieza e o desprezo por aqueles que me circundam. Dos seus ensinamentos, guardarei sempre aquele que diz que somos como pedras brutas, cuja lapidação dependerá da experiência. Saiba, que ainda não sou um diamante, mas estou no caminho.

Aos demais professores José Marcelo, Francisca Neta, Kléber Costa, Luziano Mendes de Lima, Roberto Calábria e Marcelo Góes que me ensinaram a ultrapassar os meus limites, com sugestões de leituras, conselhos e princípios que jamais serão esquecidos, pois além de mestres são grandes amigos. Vocês são exemplos de profissionalismo e comprometimento.

Ao povo Xukuru-Kariri, os guerreiros nascidos do massapê, objeto dessa pesquisa, exemplo de persistência e luta. Um agradecimento especial aos senhores Lenoir Tibiriçá e Salete Santana, fontes de sabedoria e experiência personificadas na forma humana e Nicacio e Lara Ferreira (pais do Cássio) que me receberam em sua casa, nas vezes em que estive na Aldeia Fazenda Canto.

Aos irmãos do GPHI/AL Brunemberg Soares, que leu atentamente o esboço dessa monografia corrigindo e sugerindo modificações; Cássio Ferreira, que me possibilitou o acesso a Aldeia Indígena Fazenda Canto, me conduzindo, diversas vezes, em sua moto, até a aldeia; Robson Romildo cujos níveis de humildade me causam admiração; Thayan Correia que sempre resolveu os problemas informáticos, dispondo-se, muitas vezes, gratuitamente; Adauto Rocha, por seu respeito e admiração; Edilson Ribeiro que, independente do que a sociedade acha, vive intensamente a sua vida; Lucas Soares, Amanda Antero e Aparecida Oliveira que

sempre contribuíram com boas discussões, importantes para a formação de ideias. Errei com vocês, e ao mencioná-los aqui, admito a importância de cada um nessa fase da minha vida, esperando, quiçá, um futuro melhor.

À Juliana Lemos, Florival Lopes (o Floro) e Míriam Lima, que foram meus amigos, e cujos méritos são muitos, pois repreenderam em minhas desventuras e me tiraram de muitas ciladas. A concretização deste trabalho é um resultado direto de seus conselhos; me tornei um adulto na companhia de vocês.

À Elisangela Carvalho, bibliotecária durante os anos nos quais fui bolsista na Biblioteca do Campus III. Você me ensinou a ser organizado e metódico. Espero um dia ser tão profissional quanto foi durante o tempo em que convivemos.

Aos colegas da turma de 2013 (ao menos o que restou de nós), agradeço a alguns pela companhia e pelas discussões, a outros, por seu desprezo e boatos, eles me serviram de combustível para produzir.

Agradeço, por fim, a minha Mãe, Maria Lúcia, meu Pai Ivan, minha irmã Luana (que acaba de se inserir no contexto acadêmico), minha tia Isabel (a Beta) e a minha avó Terezinha, que me possibilitaram estudar sem ter que trabalhar. Sacrificaram seu tempo para que eu tivesse o meu. Um dia retribuirei tudo o que fizeram, inclusive a companhia.

É bom saber alguma coisa dos costumes de vários povos para julgarmos os nossos mais salutarmente, e para não pensarmos que tudo o que é contra nossos modos é ridículo e contra a razão, como costumam fazer os que nada viram.

Descartes

RESUMO

Os problemas em torno dos conflitos ocasionados pela possibilidade da demarcação de terras em Palmeira dos Índios geraram um conturbado processo territorial que tem suas origens na invasão das terras do aldeamento missionário por não índios e posteriormente pela desapropriação e diáspora ocasionadas pela efetivação da lei de terras de 1850 que tornou devolutas as terras. Assim, Palmeira dos Índios foi edificada encima de um antigo aldeamento que, a despeito dos habitantes originais, negou e sobrepuiu grupos indígenas que já habitavam a região. Logo, tendo em vista os processos históricos de silenciamento e ressurgimento indígena do século XX, o objetivo desse trabalho é discutir e analisar a consolidação da identidade territorial/cultural do povo Xukuru-Kariri em um contraponto com a organização de posseiros dos territórios atualmente visados no moroso processo de delimitação. A metodologia está baseada na pesquisa de campo e o suporte teórico é efetivado nos conceitos de indianidade e mistura de João Pacheco de Oliveira (1998); território e territorialidade de Milton Santos (1998) e Claude Raffestin (1993), nos estudos sobre a ressurgência e etnogênese de Edson Silva (2008) e Gérsem Baniwa (2006) entre outros autores que compõem o bojo teórico desta pesquisa.

Palavras-chaves: Demarcação. Disputa. História. Índio. Território.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 NAS TRILHAS DA METODOLOGIA: conceituando o objeto de pesquisa	14
1.1 Olhando, ouvindo e escrevendo: a metodologia da pesquisa de campo	19
1.2 Território: entendendo o conceito	21
1.3 Terra: manancial de vida ou fonte lucro?	24
2 DINÂMICAS DO SILÊNCIO: processos históricos de consolidação e reafirmação do povo Xukuru-Kariri	26
2.1 A Ação Tutelar/Assimilacionista do SPI.....	28
2.2 Propostas de delimitação territorial	33
2.3 Matizes da disputa territorial	36
3 O VALE DA PROMISSÃO: demarcação, mobilização e conflito.....	39
3.1 Prólogo dos conflitos.....	40
3.2 O Movimento contra demarcação: os posseiros se organizam.....	43
3.3 Assembleia: A política territorial indígena nas aldeias do povo Xukuru- Kariri	44
3.4 Nas veredas do vale de da promessa: um desfecho para a pesquisa	47
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

O povo Xukuru-Kariri tem suas origens em dois outros grupos indígenas da região Nordeste. Os Xukuru da antiga vila de Cimbres, atual município de Pesqueira-PE e os Kariri, povo que habitou a bacia do Rio São Francisco e cuja principal área de fixação foi o território que hoje corresponde a Porto Real do Colégio em Alagoas. Chegaram ao vale que deu origem a Palmeira dos Índios em meados do século XVII e aqui construíram sua história, permeada pelo conflito territorial e pela ressignificação da sua identidade frente aos diversos processos históricos vivenciados.

São mencionados na história de Palmeira dos Índios como seres míticos ou lendários; também receberam caráter comercial, pois vários estabelecimentos se aproveitam da associação do município com os índios, como atrativo, na mesma medida que negam sua existência. A popularização de lendas na região, de forma romanceada, encobre os conflitos existentes, gerando um contexto depreciativo das imagens dos índios reais.

Esta pesquisa foi desenvolvida, a partir dos conceitos de etnogênese (BANIWA, 2006) e mistura (OLIVEIRA, 1998), onde comunidades indígenas veem reafirmando seus laços culturais e assumindo os problemas de sua época. A ressurgência (SILVA, 2008) desses povos acentua a disputa pela memória (POLLAK, 1989), na medida em que se apropriam do conhecimento gerado nas universidades. Assim, temos a materialização da relação entre o campo acadêmico e as diversas realidades antes relegadas ao esquecimento.

É estritamente necessário entender os conflitos e os problemas passados pelos indígenas, que lutam por seus direitos desde a segunda metade do século XX, uma vez que é nosso objetivo estudar e discutir a construção da identidade territorial/cultural (RAFFESTIN, 2004; ANDRADE, 2004; SANTOS, 1998) do povo Xukuru-Kariri em oposição com a coalizão de posseiros e grileiros dos territórios atualmente visados no moroso processo de demarcação.

A presença dos índios na região, antes da chegada do colonizador e na atualidade constitui elementos importantes para o entendimento da história de Palmeira dos Índios, bem como de Alagoas e do Brasil, pois estudar essas contendas é uma maneira de referendar o protagonismo indígena na história.

Questionar o tecido histórico da nossa realidade evidenciando a construção da memória dos Xukuru-Kariri (PEIXOTO, 2013) é também uma forma de dar sentido ao espaço, tornando-o uma territorialidade palpável, formando com ele um estratagema existencial.

Metodologicamente, a situação dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, os conceitos de território e ressurgência (AMORIM 2003; 2010) aliados a pesquisa de campo realizadas nas Aldeias Mata da Cafurna, Fazenda Canto, Serra da Capela e Cafurna de Baixo de 2013 a 2016, compõem junto com os relatórios preliminares da FUNAI, as transcrições de entrevistas, discursos e falas dos posseiros as fontes dessa pesquisa que, de certa forma, podem ser sintetizados na função da argila durante a fabricação de um pote.

É importante salientar que, durante o processo de coleta de dados, fez-se necessário participar de eventos e reuniões promovidos tanto por posseiros quanto por indígenas, ocasiões em que foram produzidas imagens fotográficas e filmicas. A presença no “Movimento Palmeira de Todos” encabeçado pelos posseiros e nas Assembleias do Povo Xukuru-Kariri foram imprescindíveis para esta produção. Assim temos um acervo de 9 áudios extraídos de vídeos e convertidos em formato mp3 com registro dos discursos dos posseiros.

O tratamento desse material foi feito em três passos. No primeiro momento, após a coleta, os vídeos foram convertidos para o formato mp3. Logo em seguida, começamos o trabalho de transcrição para o formato de documento e, por último, salvamos em mídia física e digital e estão condicionados no Acervo do Grupo de Pesquisa em História dos Povos indígenas de Alagoas – GPHI/AL do Campus III da Universidade Estadual de Alagoas situado em Palmeira dos índios.

As visitas nas Aldeias aconteceram em períodos distintos dentro do recorte temporal de 2013 a 2016. A primeira delas ocorreu na Aldeia Indígena Mata da Cafurna em junho de 2013. Em outubro do mesmo ano, realizou-se a quinta edição da Assembleia do Povo Xukuru-Kariri em uma área de retomada anexada a Aldeia Fazenda Canto. No ano de 2014, foram realizadas duas visitas a Aldeia Mata da Cafurna e em 2015 a Aldeia Serra do Capela fora visitada duas vezes e a Mata da Cafurna três vezes.

A partir de 2016, estivemos na Aldeia Cafurna de Baixo e conversamos com o Cacique Carlinhos. Já a Aldeia Fazenda Canto frequentamos em diversas ocasiões; a primeira na mesma área de retomada onde nos reunimos com o Pajé

Celso Celestino para discutir a demarcação de terras e a segunda; quando foi possível visitar o centro da comunidade tendo o privilégio de almoçar na Casa do senhor Nicacio Ferreira da Silva. Já na terceira vez, estivemos em um ciclo de oficinas e palestras promovidas pelas Universidades Estadual e Federal de Alagoas em parceria com o povo Xukuru-Kariri durante o “Abril indígena” de 2016. Ainda estivemos, mais uma vez, na Mata da Cafurna, dando continuidade as atividades do evento.

No total, foram visitadas apenas quatro das oito comunidades atualmente existentes. As Aldeias Fazenda Canto e Mata da Cafurna foram as mais frequentadas ao longo dos últimos três anos, pois se destacam na liderança de movimentos de cunho político-territorial. As demais comunidades, têm regras próprias para visitação e necessitam de mais tempo para se estabelecer contatos.

Deste modo, os dados, assim como o barro, foram coletados e interpretados pelos sentidos e são agora podem ser moldados pelas mãos que conduzem a pesquisa através da razão e dos pressupostos daqueles que já se aventuraram nas veredas das ciências humanas: os teóricos, que ocupam papel relevante igualmente os próprios índios que vivem pessoalmente seus dramas e dilemas numa sociedade que os exclui e lhes atribui qualificativos infames.

A descrença na luta e nos problemas da atualidade pelas massas incr dulas que confiam nas m dias elitistas configuram-se como contraponto a estrutura o da identidade indígena. Aqueles que se beneficiam do sistema e não se conformam em deixar sua posi o de prestígio que, no menor alarde do termo ‘demarca o’, se unem em oposi o a Constitui o deste país, cujo artigo 231 tem sido desrespeitado, posto abaixo por conta de privilégios, constitui entranche   constru o de uma história que conceba o protagonismo dos povos indígenas.

O barro que está sendo moldado ainda vai demorar certo tempo para ser cozido e tomar forma podendo sustentar a  gua. Nesse sentido, distinguimos este trabalho como um pote inacabado, mas cujo objetivo   servir a água que metaforicamente   uma interpreta o do problema da demarca o de terras em Palmeira dos índios, o objetivo mais intrínseco deste estudo que   apresentado em três capítulos.

No primeiro capítulo, discutiremos as origens do ódio e ressentimento em torno das disputas territoriais, bem como as concep es de território e os usos dos principais conceitos que norteiam esta pesquisa.   uma se o, essencialmente,

teórica com o objetivo de atualizar o leitor sobre o que se pensava dos índios até o início do século XX.

O segundo capítulo é uma análise do pensamento e dos discursos acerca da presença indígena em Palmeira dos Índios no decorrer do século XX e início do XXI. Começando com Graciliano Ramos e desembocando na reprodução ideológica dos conflitos. Também abordaremos a efetivação de políticas de assimilação com enfoque na atuação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio. As principais propostas de delimitação territorial e os matizes dessa disputa ocupam lugar nessa encíclica.

E finalmente, no terceiro capítulo, entramos na disputa territorial analisando suas nuances e seus personagens. Apontamos ainda, a existência de um forte sentimento político entre os Xukuru-Kariri, por meio de suas organizações e assembleias. Porém, oposto a isso, temos um movimento contra demarcação promovido pelos posseiros e principais agentes políticos da região. Ocasão em que se necessitou da participação dentro do movimento, tendo em vista a produção de fontes para o estudo.

Com isso, o intento deste trabalho é analisar os conflitos engendrados no território de Palmeira dos Índios - AL, os efeitos causados nas comunidades indígenas e como estas mantêm, mesmo diante de tantos embates, o caráter identitário próprio que etnicamente os define.

Portanto, é do fazer do pesquisador, discutir e relacionar as teorias (de mudanças e permanências) contextualizando-as pela associação da bibliografia com a pesquisa de campo, pois trazer o conhecimento acadêmico ao cerne dos conflitos é o seu dever. Assim, as análises aqui elencadas são pautadas no conhecimento dos escritos de autores engajados com a temática e no saber dos índios Xukuru-Kariri, objeto dessa investigação.

1 NAS TRILHAS DA METODOLOGIA¹: conceituando o objeto de pesquisa

Cidade da região agreste do Estado de Alagoas, Palmeira dos Índios é terra proveniente de missão indígena. Localizada a 135 km da capital Maceió, foi fundada em 1835, emancipou-se politicamente de Anadia em 1889. Atualmente, com 126 anos tem economia baseada principalmente na agropecuária, com predominância do latifúndio. Em sua história, produziu algodão e foi um dos mais importantes centros comerciais de Alagoas, possui ferrovia por onde, outrora, escoava a produção à Maceió. O clima é semiárido por estar localizada em uma região de transição entre o litoral e o sertão. Dona de cultura extremamente rica, considerada a terra de Graciliano Ramos, Jofre Soares, Luiz B. Torres, dos extintos e suntuosos cinemas entre outros ícones do legado cultural.

O antropólogo Clóvis Antunes, quando de sua pesquisa na região nos anos 1960, não aceitou o ano de 1889 como marco fundante da história de Palmeira dos Índios; para ele a cidade surgiu junto com o aldeamento indígena, após uma negociação com os sesmeiros que geriam as terras onde se erigiu, posteriormente, um aldeamento comandado por um frei de nome Domingos de São José, que tinha por missão catequizar os gentios desta região.

Embora seja muito provável que Frei Domingos de São José, frade capuchinho, pelos anos idos de 1770 tenha chegado a Palmeira dos Índios para o início da catequese dos indígenas, somente em 1773 oficialmente recebia a doação de um terreno para edificar uma capela em honra do Senhor Bom Jesus da Boa Morte ao sopé da Serra da Palmeira hoje chamada Serra da Boa Vista. (ANTUNES, 1973, p. 25)

Podemos perceber que o dia 20 de agosto de 1889, data em que é comemorado o aniversário da cidade, não representa verdadeiramente a sua história, pois é apenas o marco político da emancipação e não uma data de origem, que nos permita rememorar as raízes históricas da localidade. Portanto, os índios foram relegados a uma lenda criada por Luiz B. Torres em 1971, um literato e estudioso local que afirma estar Palmeira dos Índios, edificada onde, no passado, existia um aldeamento dos índios Xucuru, nele vivia Txiliá que, embora apaixonada por seu primo Tilixí, estava prometida ao cacique Etafé. Numa festa, Txiliá beijou

¹O título é baseado nas premissas de: MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória: combates pela história. IN: **História Oral**, v. 10, n. 1, p. 27-42, jan.-jun. 2007.

Tilixí, que foi preso pelo cacique e condenado à morte por inanição. Violando as ordens do líder, a índia foi em socorro ao seu amado lhe servindo uma bebida sagrada; naquele momento, Etafé, furioso, disparou uma flecha contra Txiliá que morreu juntamente do seu amado enfraquecido pela fome. No lugar onde o casal morreu, surgiu uma palmeira marcada por uma cruz; em seu lugar foi erigida a então Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, de onde a 'Palmeira dos Índios' – nomeada assim em alusão a lenda – surge.

A lenda foi escrita em tom romântico e melancólico, e de uma maneira na qual os índios, além de terem sido retratados de maneira estereotipada, são considerados como elementos do passado, que deixaram de existir quando a cidade começou a ser erguida. Mas há controvérsias, porquanto de acordo com as pesquisas de Clóvis Antunes e, sobretudo dos fatos, as coisas não ocorreram assim, seguiram os padrões da colonização do Brasil e para a existência e um aldeamento – com o intuito de catequizar os índios, que estavam por estas bandas antes da chegada de qualquer branco – foi requisitada por um frei (que chegou à região em 1770), uma doação de terras que posteriormente deu origem a conflituosa Palmeira dos Índios. Logo:

O dia 27 de julho do ano de 1773 realmente é a data magna oficial da fundação da Cidade de Palmeira dos Índios, quando Frei Domingos de São José assina e recebe em cartório a doação de um terreno para erigir uma capelinha, a Capela dos Índios Wákōná-Kariris. (ANTUNES, 1973, p. 26)

Porém, os problemas em Palmeira dos Índios não se resumem apenas a escolha e omissão de fatos históricos importantes. Os conflitos são ainda mais tenebrosos, pois os índios que haviam conseguido seu território após a doação de terras, de acordo com as leis da metrópole portuguesa, foram, por conseguinte, despojados da terra que, por sua vez, foi sendo invadida por conquistadores interessados nas riquezas e na fertilidade do vale da promessa (TORRES, 1973).

Durante o Império foram criados mecanismos (Diretório Geral dos Índios) para regulamentar e garantir a assimilação dos índios brasileiros, mas estes deveriam se submeter ao poder do imperador. Os indígenas de Palmeira dos Índios, que já não dispunham de terras para morar e cultivar, requisitaram de Dom Pedro II a demarcação de seu território. Foram atendidos, e 36 mil hectares foram

reservados a eles, porém isto pouco significou oficialmente, pois a área delimitada continuou sendo invadida por aproveitadores.

No advento da República os aldeamentos indígenas foram considerados extintos; o governo exigia que as terras fossem aproveitadas para a agricultura e a pecuária, ou seja, estavam classificadas como devolutas e os índios (que tinham a terra e as matas, não como fonte de lucro, mas como uma benção) foram novamente enxotados do território que lhes pertencia, iniciando assim uma diáspora. Nesse sentido, Clóvis Antunes enfatiza que:

Com a morte do imperador tudo se acabou. O Gôverno Federal da República de 1889 considerou extintas todas as aldeias dos índios. E assim os indígenas de Palmeira ficaram sem suas terras e “andavam bolando serra abaixo que nem pedra de enxurrada”. (ANTUNES, 1973, p. 25)

Ao descer “serra abaixo” (ANTUNES, 1973, p. 25), os índios tiveram de conviver com a sociedade que os repudiava e não podiam mais praticar seus rituais sem que fossem ameaçados, e os maracás não tocavam livremente, pois foram substituídos por caixas de fósforo (SILVA JÚNIOR, 2013). Suas vestes e seus adereços tornaram-se artefatos reservados e com isso se iniciou o silêncio; um ato de resistência que durou por muito tempo, pois ainda não dispunham de ambiente seguro para viver a sua cultura.

Podemos elencar dois momentos-chave para entender como os indígenas, agindo de maneira implícita, preservaram sua cultura e tradição. Primeiro durante a colonização, onde poucos conquistadores conseguiam se comunicar diretamente com os índios, algumas formas de resistência se destacaram, por exemplo, o corpo mole (se negavam a trabalhar), a inconstância, (fingiam aceitar o Deus branco e continuavam praticando seus rituais) a bebedeira e a mentira (colocavam os colonos em problemas, diziam haver ouro em locais inabitados e faziam-nos de tolos por conta da ambição) e um fator importante era que podiam se comunicar no dialeto nativo e tramar contra os invasores de forma que sequer percebessem (BRUIT, 1992); Segundo, no final do império e grande parte do período republicano, passaram a agir na invisibilidade, ocultando seus ritos e costumes, alguns povos (principalmente os do nordeste) tiveram de coexistir com a sociedade que os suprimia. (SILVA JÚNIOR, 2013)

Entre os conceitos utilizados nessa discussão, o de etnogênese é o que merece maior destaque neste momento, pois comunidades indígenas vêm reafirmando seus laços culturais e assumindo os problemas de sua época desde as últimas décadas do século XX. Com o apoio do Ministério da Educação e Cultura (doravante chamado MEC) tem sido produzido um arcabouço teórico de grande valor, dentre essas produções vale destacar os escritos do Professor Gérsem dos Santos Luciano Baniwa, onde encontramos a seguinte verberação:

Desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reterritorialização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas. (BANIWA, 2006, p. 28)

Para entender os movimentos de reterritorialização é necessário lembrar que os índios atuais sofreram influências da sociedade, afinal foram 500 anos de colonização (pois ainda continuamos com hábitos de colônia); expulsos de seu território original tiveram de aprender a sobreviver nas cidades que cresciam em cima de seus aldeamentos e, por conseguinte, aprenderam os mais variados mistérios, praticavam seus rituais às escondidas e não podiam se afirmar como herdeiros desse saber. Com o atrito entre as duas culturas surgiram novos índios e também novos ‘brancos’ culturalmente miscigenados e constituintes da nação brasileira.

Nessa discussão, Palmeira dos Índios é apenas uma versão micro da história do Brasil onde os conflitos nacionais, ocorrem localmente e evidenciam a situação de descaso e morosidade em realizar a demarcação territorial. As elites da região, por meio do poder lhes conferido na ‘democracia’, não permitem a efetivação da delimitação, fazendo com que a população sinta repulsa pelos índios que são firmemente referenciados como preguiçosos e vis. Esta situação tem sido uma constatare na história e cotidiano da cidade e se caracteriza como um estorvo à manutenção da cultura e da tradição do povo Xukuru-Kariri.

Para entender e desmistificar estereótipos quanto à aparência física dos índios nordestinos podemos, em um primeiro momento, nos apoiar nas ideias de Darcy Ribeiro, que forjou o conceito de transfiguração étnica (RIBEIRO, 2010) como

chave para entender como os índios sobreviveram a práticas tão intensas de imposição cultural. Por meio desta ideia, podemos destacar os Xukuru-Kariri como um dos diversos povos nordestinos, que passaram por este processo, onde muitos de seus costumes foram redefinidos para garantir a sobrevivência do grupo, um exemplo disso, são as casas onde esse povo costuma residir nos dias atuais; elas são feitas de alvenaria e a aldeia não se diferencia fisicamente de uma vila ou bairro da cidade o que pode, à primeira vista, causar questionamentos sobre a identidade desses índios (e acredite perguntas rotineiras como: 'onde estão as ocas?', são bem comuns).

Esse é um problema gerado, principalmente, pela educação que as pessoas recebem nos primeiros anos de formação, que forma em seu imaginário a figura de índios icônicos e selvagens, conceitos que prejudicam o desenvolvimento cognitivo dos educandos, uma vez que, limita o campo interpretativo sobre a cultura indígena e aprisiona o conhecimento a uma gama preestabelecida de situações e características que são, por sua vez, generalizadas.

Mas, o que Darcy Ribeiro nos explica, é que ao entrar em contato com a sociedade não indígena, foi possível aos índios adicionarem elementos dessa sociedade aos seus e o mesmo aconteceu de forma inversa, pois muitos dos vocábulos e até mesmo práticas dos ditos brancos (inclusive o hábito de tomar banho) tem origem nos saberes tradicionais dos índios, algo que é muitas vezes esquecido. Afinal, por que morariam em ocas, se muitos deles dominam os ofícios necessários à construção civil (pedreiro, marceneiro, eletricista e etc.) podendo construir moradias mais resistentes e seguras?

João Pacheco de Oliveira, em seus textos "A viagem de Volta" e "Uma etnologia dos Índios Misturados", é quem traz interpretações atuais sobre os índios do Nordeste. Suas pesquisas são indispensáveis ao entendimento da formação e consolidação territorial e cultural desses povos, pois não tem assimilação cultural e a ideia de perda como foco, mas classifica-os como misturados. Nesse contexto:

A "etnologia das perdas" deixou de possuir um apelo descritivo ou interpretativo e a potencialidade da área do ponto de vista teórico passou a ser o debate sobre a problemática das emergências étnicas e da reconstrução cultural. (OLIVEIRA, 1998, p. 7)

Logo, a reconstrução cultural é um processo pelo qual os índios do Nordeste passaram em sua jornada por reconhecimento. Partilhando das ideias de João P. de Oliveira é possível afirmar que os índios de hoje adicionaram elementos culturais diferentes aos seus e com isso criaram novas formas de viver, essencialmente misturadas. Nesse ínterim, o que se tornou uma característica relevante e ponto de diferenciação entre os índios e os demais é seu ritual, que permanece intocado. Práticas que os unem como uma coletividade para ir à busca, primeiro, por reconhecimento e, atualmente, pela demarcação territorial tendo em vista, “[...] à construção de uma identidade étnica individualizada [...] em face de todo o conjunto genérico de “Índios do Nordeste”.” (OLIVEIRA, 1998, p.13) É assim que podemos entender os Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios, como uma parte do Nordeste.

1.1 Olhando, ouvindo e escrevendo: a metodologia da pesquisa de campo

Como pesquisar um tema tão complexo em um ambiente tão hostil e permeado por desconfiança? A opção pela pesquisa de campo é de longe a mais segura, porém a mais frutífera, pois o pesquisador dispõe de certa liberdade, o que não teria, caso estivesse a pesquisar dentro dos padrões exigidos pela pesquisa bibliográfica, onde o que foi escrito, por si só, se torna um limite a nossa capacidade de criação e não permite lançar novas sementes em solo tão esgotado.

Longe de querer desmerecer o caráter das pesquisas bibliográficas existentes, aliás, muitas são clássicas que, pelo seu conteúdo, foram imortalizadas, assim como seus autores. Quero dizer, que na observação de campo o pesquisador entra em contato com a fonte do problema sobre qual desenvolve sua investigação e põe em prática o conhecimento que foi adquirido no gabinete. Assim, a análise bibliográfica, em si, não é o suficiente para consolidar o conhecimento sobre determinados temas, em especial sobre comunidades tradicionais, pois ao conhecê-las entramos em contato direto com os dados a serem coletados.

Através do convívio que teve com os povos de diversas ilhas da Melanésia, sobretudo os nativos das ilhas Trobriand, foi que o autor pode descrever com detalhes o ambiente e os costumes (as trocas do ritual do Kula) desses povos. Ler sua obra é viajar sem sair de casa, pois a partir de sua lente, contemplamos um

mundo diferente e percebemos que, enquanto o mundo civilizado vivia uma guerra², Malinowski estava em um lugar edênico e paradisíaco. (MALINOWSKI, 1978)

O autor compartilhava dos pressupostos de E. Durkheim, no que diz respeito ao funcionalismo, por isso é conhecido como o pai da pesquisa de campo participativa. Malinowski consegue ser bem descritivo, uma característica dos antropólogos, outra coisa importante foi o modo com o qual se aproximou de seus informantes (recompensando as informações com fumo e miçangas).

É também importante destacar o valor científico e metodológico da obra do antropólogo Roberto C. de Oliveira, que delineia três importantes passos para a efetivação da pesquisa de campo: olhar, ouvir e escrever (OLIVEIRA, 2000). Discussão interessante que se irradia para este estudo, pois ao olhar os Xukuru-Kariri com os olhos do pesquisador empírico, veremos que ocupam não as margens, mas o centro das discussões territoriais. Ao ouvi-los contar sua história, do seu ponto de vista, partindo de sua vivência, foi possível contextualizar sua luta e ressurgência com a atuação das elites sempre opostas aos interesses deste povo. E por fim, ao escrever sobre tais conflitos é onde se exercita a atividade crítica sobre os problemas contemporâneos; é importante entender os dramas atuais e relacioná-los ao passado, é necessário domesticar nossos olhos e ouvidos para que nos sirvam de apoio durante a pesquisa de campo e auxiliem a escrita. (OLIVEIRA, 2000)

A partir da leitura desses autores, foi possível realizar pesquisa de campo em algumas aldeias indígenas localizadas nas cercanias de Palmeira dos Índios-AL e, com isso, exercitar o conhecimento adquirido a partir desses textos vendo na prática como os índios vivem em meio aos conflitos e como enfrentam as constantes ameaças à integridade física e cultural de suas comunidades.

Ainda, temos que aprender a importância da existência dos povos e aldeias indígenas, pois preservam mananciais hídricos, fauna e flora. Caso os posseiros invadissem essas regiões, poriam a mata abaixo com o mero intuito de vender madeira e criar gado bovino; cercariam as nascentes tornando-as propriedade privada, daí vemos a importância da demarcação para estes povos, pois é a única forma de lhes garantir um direito institucionalizado: a terra.

²Malinowski realizou a pesquisa de Campo, que deu origem a sua obra-prima, entre os anos 1914-1918, em plena primeira Guerra Mundial.

1.2 Território: entendendo o conceito

É importante, ainda, entender o que é território nessa discussão e como podemos percebê-lo nas acepções do índio e do posseiro. Para isto foi necessário requisitar apoio nos estudiosos da geografia, e perceber que o território não depende apenas de posse, mas dos usos e laços de dependência criados com ele, onde todas as relações sociais, políticas e econômicas se realizam a partir desses usos.

A primeira categoria de território a ser discutida nesta encíclica é a de Claude Raffestin, em sua mais intrínseca acepção, ela é definida como “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma "produção territorial" que faz intervir tessitura, nó e rede.” (RAFFESTIN, 2004, p. 150) Porém, esta ideia tem seus limites epistemológicos e deve ser questionada no sentido de que esta categoria de território, assim pensada, limita a ação do pesquisador, sua interpretação não pode ir além dos limites estabelecidos em sua significação.

No entanto, suas definições, mesmo estáticas podem ser utilizadas para objetivar esta pesquisa. Entendendo que os índios são, de certa forma, os primeiros habitantes do território disputado em Palmeira dos Índios, pois há muito tempo estabeleceram relações sociais e de trabalho na área estudada, ou seja, produziram cultura; logo, podemos encarar esta primazia no território como a prática embrionária, já abordada por Raffestin.

A presença de índios nessa região, antes da chegada do colonizador, é o que podemos definir por prática embrionária ou inicial (os primeiros a habitar), as relações sociais (divisão do trabalho, casamento e parentesco), o comportamento (costumes e práticas ritualísticas) e as ações econômicas (caça, pesca e coleta) podem ser discutidos como práticas espaciais que formam o tecido de retalhos da comunidade indígena e por sua vez dão sentido ao espaço, tornando-o uma territorialidade e criando com ele um laço existencial.

Mas é em Milton Santos (1998), que encontramos maior maleabilidade quanto à categoria de território “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” (SANTOS, 1998, p. 16) Nessa conjuntura, são os usos dados ao território que o define, porém não sistematiza as relações sociais como em Raffestin, não limitará a própria categoria,

mas é entender que o território é de todos, é banal onde as relações se dão em conjunto ou em oposição. Logo:

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns." (SANTOS, 1998, p. 16)

Nesse espaço comum acontecem solidariedades, mas também incidem agitações; Palmeira dos Índios vive um desses conflitos. A demarcação territorial é um problema para um grupo privilegiado de fazendeiros e ricos, e por sua vez é uma solução para os índios, que mesmo presentes no município são, por muitas vezes ignorados e tratados como párias da sociedade.

Quando da chegada dos colonizadores, os indígenas haviam estabelecido relações econômicas nestas terras. Caçavam, pescavam, plantavam, guerreavam por territórios como qualquer civilização conhecida. Essas atividades, assim realizadas fizeram com que os índios conhecessem a terra e com ela estabelecessem um pertencimento que foi, por conseguinte, parcialmente quebrado durante a exploração, expulsão e captura dos nativos.

Como haviam criado uma rede de intrínsecas relações em determinado território (neste caso, na região de Palmeira dos Índios) os indígenas ofereceram resistência, o quanto lhes foi possível, e após a conquista portuguesa, mesmo escravizados, continuaram resistindo. Sua língua, religião e hábitos eram praticados as escondidas e seus conhecimentos passados subliminarmente, logo resistir não seria possível se não conhecessem ou tivessem criado vínculos com a terra, ou seja, territorialidade, tessitura e um motivo de ser.

Aqueles que ocuparam a terra após a expulsão de seus habitantes originais também criaram relações com o território e de certo modo, chamam-no de seu. Criam gado bovino, até os dias atuais, e produzem nesta terra da mesma forma que os índios também o fizeram, então logo vem à pergunta: É mesmo necessário demarcar grandes extensões de terra para os índios, seu tempo nesta, não terminou?

Isto é o que pensa a maioria, inclusive os próprios posseiros. Acham que por serem descendentes daqueles que expulsaram os nativos e estabeleceram-se no

local, por meio da agropecuária, ou melhor, da pecuária, pois a maior parte da terra está sendo utilizada para a criação de gado, cabendo aos descendentes dos índios e a pequenos produtores (que tem posse de propriedades com até 100 hectares), produzirem artigos de subsistência.

Para Manuel Correia de Andrade “A formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas.” (ANDRADE, 2004, p. 20). Mas aí está um problema. Ao encarar o território de Palmeira dos Índios como originalmente indígena estamos, de certa forma, nos esquecendo dos laços que os posseiros criaram, mesmo pela conquista, com o território; então é possível inferir, que esse território é de todos, no qual, os vários grupos que dele sobrevivem entram em choque por conta da divisão deste território.

Em suma, no território, por território e por causa do território é que acontecem essas batalhas – físicas e ideológicas – onde índios que buscam por reconhecimento dos seus direitos e o cumprimento das prerrogativas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, têm de enfrentar a forte oposição dos fazendeiros que utilizam o território para usos meramente financeiros e comerciais, visto que, grandes parcelas destas terras, com todos os seus recursos naturais, estão cercadas e sem uso e as delimitadas são alvo da ambição desenfreada desse coronelismo moderno.

Em um campo abstrato, Palmeira dos Índios é um município que representa uma versão micro do que ocorre em nível nacional, uma vez que desde a colonização os índios enfrentam os conquistadores; a terra então, se torna a questão central desta discussão. Aproximando essa realidade de nossa compreensão, vemos uma elite que domina os meios de produção e comunicação locais utilizando esses poderes para influenciar na opinião pública e questionar decisões constitucionalmente legais como a demarcação territorial, tornando a questão da terra um tabu.

Então como os índios idealizam a terra? Quais os seus objetivos, caso seus anseios por demarcação territorial sejam atendidos? A demarcação ainda não ocorreu, mas a qualquer alarde ou notícia as forças políticas locais se levantam e utilizam de seus instrumentos de divulgação, tornando a máquina administrativa pública em uma representante de seus interesses. A população fica alheia aos fatos,

à maioria defende os posseiros e taxa os índios da mesma forma que seus “representantes”, e assim a Constituição Federal de 1988 é negada.

1.3 Terra: manancial de vida ou fonte lucro?

O que os fazendeiros não entendem é que os índios não enxergam da mesma forma que o não índio, como uma fonte de lucro, que serve apenas para a agricultura e pecuária. Para os povos tradicionais, as riquezas naturais são fontes de vida e como tal devem ser respeitadas e não degradadas; a terra é para eles uma mãe, fonte de vida e sabedoria, pois em seu seio jazem seus antepassados. Não é instrumento de barganha nem de lucro é, antes de tudo, aquilo que os define, é a materialização de seus entes que já se foram e motivo de viver dos que ainda estão por aqui. É desse massapê que brotam os guerreiros e é para ele que retornam quando sua jornada terrena finda.

Os povos indígenas também defendem que as riquezas naturais existentes em suas terras, incluindo as riquezas do subsolo, a biodiversidade, as florestas, os animais e as águas, sejam protegidas para garantir a sadia qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável das comunidades. (OLIVEIRA, 2008 p. 186)

Não é de agora que índios pensam na terra de forma sustentável; convivem com ela sem feri-la sujando seus rios, derrubando suas matas, matando seus animais e queimando seu solo. Praticam há muito tempo a tão falada e midiaticizada sustentabilidade, mesmo sem conhecer sua definição, irremediavelmente mercantil, tão utilizada para encarecer os produtos no mercado. Isso mesmo, a sustentabilidade é em si lucrativa, para perceber isso, basta reparar na quantidade de empresas e corporações que mesmo explorando e matando a terra, ostentam selos de garantia ambiental, isso tudo pelo lucro.

Essa também é a realidade de Palmeira dos Índios, onde a maior parte de suas terras está nas mãos de uma pequena porcentagem da população, uma elite que também domina os meios de comunicação. Essas empresas são utilizadas para defender os interesses de seus donos, assim, carregando a bandeira da ‘imparcialidade’ bestializam e negam os índios tão presentes na região, não é raro ouvir em diversos noticiários locais que não existem índios em Palmeira ou que estes não o são por não atenderem aos estereótipos dos índios amazônicos.

Porém estas mesmas empresas, quando das comemorações da emancipação política de Palmeira dos Índios, nas primeiras horas da manhã contam sua lenda heroica e até fazem referência aos índios, mas de forma romanesca como se não existissem, subsistindo apenas lembranças. Com isso promovem desfiles cívicos e investem em ornamentos que representam apenas o lucro de uma elite que domina desde sua fundação.

Mas a disputa territorial se acirra sempre que os laudos antropológicos são feitos. Com isso, as elites³ passam a trabalhar para embarreirar o processo e não permitem que a terra seja delimitada. Uma coisa é inegável: para defender os interesses das elites, a política brasileira está sempre de prontidão, mas para reconhecer aos indígenas, tão espoliados, o que foi estabelecido na lei sempre existem entraves e estratégias.

Contudo, os índios ainda se valem do que, a muito custo, conquistaram. Sobre esses direitos, o Artigo 231 da Constituição de 1988 diz que: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” Querem terras não para barganha, mas para criar seus filhos e preservar suas tradições.

Para finalizar esta seção, podemos argumentar que, em Palmeira dos Índios, como em muitas cidades do país, a Constituição não é levada a sério, pois o antigo regime dos coronéis apenas evoluiu e se adaptou aos tempos modernos e aparece atrelado à política dita democrática, que é usada para manter o poder das famílias tradicionais.

É estritamente necessário entender os conflitos e os problemas enfrentados pelos indígenas, principalmente os Xukuru-Kariri, que lutam por seus direitos desde a segunda metade do século XX, pois sua história se configura como um precioso fragmento da história de Palmeira dos Índios, que nos permitirá entender o momento atual de sua história, pois esta cidade não tem uma identidade claramente definida.

³ Em Palmeira dos Índios, definimos por elites os políticos que detém os meios de comunicação e as maiores propriedades, conseqüentemente visadas no processo de demarcação.

2 DINÂMICAS DO SILÊNCIO: processos históricos de consolidação e reafirmação do povo Xukuru-Kariri

No romance *Caetés* de Graciliano Ramos (1933), João Valério (protagonista da trama), está a escrever um livro sobre os índios antropófagos que haviam devorado o Bispo Sardinha e cuja história adaptaria ao cotidiano da Palmeira dos Índios da primeira metade do século XX. Entre muitas idas e vindas os escritos do livro de João Valério foram engavetados. Só foram retomados em uma tarde livre, na qual estava a devanear sobre suas paixões por Luísa que era casada com seu chefe, um velho chamado Adrião.

Durante a composição de seu livro, o personagem se depara com as dúvidas de como seriam os *Caetés*, sobre os quais escreveria; desejava fazê-los devorar a elite de Palmeira dos Índios que, diga-se de passagem, era muito mal vista por Graciliano Ramos e esse sentimento de repulsa era sintetizado na figura de João Valério, pois atribui a seus personagens as características mais infelizes dos habitantes de Palmeira dos Índios. O personagem buscou características dos índios nas pessoas conhecidas da cidade. Assim sendo, por meio dos sentimentos de João Valério, Graciliano Ramos afirma que:

De indivíduos das minhas relações o que tem aparência moral com antropófago é o Miranda, mas o Miranda é inteligente, não serve para caeté. Conheço também Pedro Antônio e Balbino, índios. Moram aqui ao pé da cidade, na Cafurna, onde houve aldeia deles. São dois pobres degenerados, bebem como raposas e não comem gente. O que me convinha eram canibais autênticos, e disso já não há. Dos xucurus não resta vestígio; os da Lagoa espalharam-se, misturaram-se. (RAMOS, 2013, p. 66)

É desses devaneios, sobretudo, que podemos tirar conclusões sobre o que se pensava dos Xukuru-Kariri no início do século XX. Para ele (G. Ramos) os índios que existiam na região não representavam ou pareciam com 'índios de verdade', já não restavam vestígios plausíveis de aceitação; não eram autênticos. O célebre e adorado escritor, deixa claro que os índios de Palmeira haviam sido assimilados.

João Valério, que personifica a opinião pessoal de Graciliano Ramos sobre o cotidiano e os personagens de Palmeira dos Índios explicita que, para ele os índios não são inteligentes (daí a comparação com Miranda que era letrado) e que os

únicos indivíduos referenciados como índios, não passavam de bêbados e degenerados. O que perpetuou a ideia de que os índios são preguiçosos.

Temos que levar em consideração o fato de Graciliano Ramos ter sido prefeito de Palmeira dos Índios nos anos idos de 1928-1930 (período em que escreveu *Caetés*) e de ter frequentado as elites não só municipais, mas também da Capital Maceió. Até mesmo, renunciou ao cargo para assumir uma posição de prestígio junto ao governo do Estado de Alagoas, mudando-se posteriormente para o Rio de Janeiro.

Os índios aparecem em sua escrita como pobres bêbados e vagabundos. Além disso, estavam totalmente misturados a população local. No mais, João Valério não passa de um preconceituoso; um pobre apaixonado por uma mulher casada com um coronel, numa sociedade tipicamente conservadora; a mais tenra expressão do que pensava o próprio Graciliano Ramos, de vez que suas ofensas não se estendem apenas aos índios, mas aos 'pretos' também.

Notamos este preconceito na repulsa manifestada por João Valério ao ser convidado a jantar por um criado negro. “Sim senhor! Mandar o preto convidar-me! Era, sem contestação, uma ofensa mortal. [...] O criado preto! “Diga a seu Valério que venha comer.” Isto a mim, a mim que era...” (RAMOS, 2013, p. 64). O protagonista sentiu-se pessoalmente insultado por ser convidado à mesa, por um negro.

Mas o romance mostra ainda o quão inconstante era Graciliano Ramos, que facilmente abdicava de seus posicionamentos “Notei então que a cólera se havia dissipado. Devia ter sido também efeito do conhaque. Afinal convidar uma pessoa por intermédio de outra não é desfeita.” (RAMOS, 2013, p. 65) Como vemos, ele delegou a culpa e os efeitos dos julgamentos de sua cria, João Valério e a bebida. Afinal, não eram apenas os índios que bebiam, também existe fraqueza no herói branco da história.

Um exemplo dessa falta de fidelidade com sua palavra é visível no início de *Caetés* quando afirma ter presenciado a descoberta de um cemitério indígena e ao fazer com que João Valério assentasse em seu engavetado romance alguns elementos existentes no cemitério como cacos, cachimbos e outros objetos que estão presentes no solo de Palmeira dos Índios e comprovam a presença imemorial dos índios nessa região evidenciando que “[...] o maior sítio arqueológico das Alagoas encontra-se em Palmeira dos Índios, tendo em vista os inúmeros cemitérios

indígenas [...] existentes.” (QUEIROZ, 2015, p. 25) Nessa passagem do livro, João Valério não sabia por onde começar para falar dos índios, então se apega a história oficial e aos recentes achados. Vejamos o que Graciliano Ramos quis dizer através de João Valério:

E descrevi um cemitério indígena, que havia imaginado no escritório [...]. Desviando-me de pormenores comprometedores, construí uma cerca de troncos, enterrei aqui e ali camucins com esqueletos, espetei em estacas um número razoável de caveiras e, prudentemente, dei a descrição por terminada. Julgo que não me afastei muito da verdade. Vi coisa parecida quando os trabalhadores da estrada de ferro encontraram no caminho do Tanque uns vasos que rebentaram. Havia dentro ossos esfarelados, cachimbos, pontas de frechas e pedras talhadas à feição de meia-lua. O meu fito realmente era empregar uma palavra de grande efeito: tibicoara. Se alguém me lesse, pensaria talvez que entendo de tupi, e isto me seria agradável. (RAMOS, 2013, p. 34)

Deixando à parte as caveiras nas estacas e outros frutos da imaginação do autor, podemos perceber que o personagem João Valério é um curioso e esteve a observar enquanto as urnas funerárias (igaçabas) estavam sendo desenterradas. Compreenda que Graciliano deixa claro que nada sabe sobre os índios – a afirmação “se alguém me lesse, pensaria talvez que entendo de tupi” (RAMOS, 2013, p. 34) corrobora com esta ideia. Contudo, o mesmo escritor que não sabia o suficiente sobre os índios, lhes boicotava e atribuía-lhes as alcunhas de preguiçosos, bêbados e raposas (como se fossem falsos e arredios).

Ora, se o mais brilhante e respeitado escritor de Palmeira dos Índios tratava os índios dessa forma, o que dizer da população composta por uma elite latifundiária e por uma massa pouco instruída? Passemos agora a analisar e discutir a história do povo Xukuru-Kariri, objeto e motivo dessa pesquisa.

2.1 A Ação Tutelar/Assimilacionista do SPI

No início do século XX, os Xukuru-Kariri se encontravam fora de seus aldeamentos. Com a queda do Império e início da República eles vieram mais uma vez a sua terra, junto com todos os seus esforços, indo parar nas mãos da elite. Pura rapinagem amparada na lei de terras de 1850, que em vez de agilizar e registrar a terra indígena legalmente; veio apenas impor uma burocracia morosa e confirmar o poder daqueles brancos que vinham se esgueirando desde os tempos da capelinha do Bom Jesus da Boa Morte. Sobre esta lei, Melatti enfatiza que

Em 1850, uma lei regularizou o regime de propriedade territorial no Brasil. Dividiu as terras em duas categorias: uma, constituída pelas terras públicas, que pertenciam ao Estado; a outra, pelas terras particulares, provenientes de um título legítimo de propriedade ou de uma simples posse legalizada. As terras expressamente concedidas aos índios foram consideradas como terras particulares. Tal providência foi prejudicial aos indígenas, pois, não estando em condições de saber o que fazer para promover as medidas necessárias a fim de assegurarem a consolidação de seus direitos, segundo a lei, acabaram, em muitos casos, perdendo o direito que a elas tinham, para o que colaborou também a astúcia e má-fé de seus vizinhos. (MELATTI, 1980, p. 188)

A expropriação, posta em prática com a lei de 1850 contribuía muito para a política assimilacionista pregada pela República, pois se o progresso era uma meta, necessário seria tornar os índios como parte da mão de obra nacional. “Essas terras, depois de 1850, foram consideradas devolutas para atender a lógica expansionista, transferidas para municípios e particulares.” (VIEIRA, 2015, p. 35)

Deste modo, os índios Xukuru-Kariri tiveram de silenciar seus maracás e encobrir os traços em preto e vermelho de suas pinturas, com as roupas da ‘civilização’. Ao não dispor dos meios de produção, tiveram que vender sua força de trabalho na cidade, estavam de fato desapropriados. “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.” (POLLAK, 1989, p. 5)

O silêncio proporcionou a sobrevivência dos Xukuru-Kariri em plena era dos coronéis, quando as poucas aldeias existentes eram queimadas tornando-se pasto para o gado lucrativo, e para manter o *status quo* de um grupo que delinear a história de Palmeira, excluindo os índios sobre os quais pisavam. Mas, ‘o calar’ trouxe também o esquecimento do dialeto nativo e de grande parte de seus costumes, aliás, abriram mão de uns e adotaram outros.

Para complementar e acelerar o processo de assimilação dos indígenas, em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio – SPI. O Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon foi à figura que consolidou este órgão governamental junto aos índios, pois estava sempre em contato com os possíveis tutelados. Sim, tutela, esta era a principal função do SPI, pois a doutrina positivista incorporada por Rondon pregava que era necessário proteger e tutelar os índios, pois estes ainda não eram capazes de gerir seus territórios. O SPI seria o responsável por adestrar esses

índios e inseri-los na mão de obra nacional, pois o progresso era inevitável. Melatti destaca ainda que:

Rondon, portanto, foi convidado a dirigir a instituição federal destinada a dar assistência aos índios. Impôs como condição que o Governo aceitasse os princípios positivistas sobre a matéria. Os positivistas defendiam a tese de que, oferecidas condições favoráveis os índios, eles progrediriam pouco a pouco na direção da civilização. (MELATTI, 1980, p. 190)

O SPI também marcou presença em terras palmeirenses, com todas as prerrogativas que lhes cabiam e com a ajuda de autoridades locais, os indígenas foram mais uma vez aldeados e em 1952, foi adquirida, com recursos conseguidos junto a Rondon, a propriedade hoje conhecida como Fazenda Canto e lá, sob os auspícios da família Selestino, se reuniram 13 outras famílias Xukuru-Kariri sob a tutela do Posto Indígena Irineu dos Santos, que entre as principais funções gerenciava a quantidade de terras que cabia a cada família, além de controlar e fazer escoar a produção agrícola. “O controle exercido pelo SPI sobre o acesso a parcelas de terras dentro da área Fazenda Canto e orientação de cultivos agrícolas é refletido nas distribuições de roças e sementes aos índios.” (MARTINS, 1994, p. 37)

Podemos perceber que o tipo de aldeamento continuava jesuítico, onde um grupo de indígenas era reunido para trabalhar para o Estado, que em contrapartida lhes garantia o acesso à terra, bem como a proteção do Estado. “Na prática, tratava-se de coordenar e incentivar uma economia de subsistência por parte dos índios, e controle político do espaço reservado para usufruto do grupo indígena.” (MARTINS, 1994, p. 38)

A vinda do SPI à Palmeira possibilitou, embora de maneira autoritária, a reunião dos Xukuru-Kariri após um longo período de silenciamento, e de certa forma garantiu a sobrevivência do grupo. Nesse sentido a atuação do SPI, mesmo que exploratória, permitiu que os índios praticassem seus rituais nessa conjuntura:

A criação do Serviço de Proteção aos Índios inaugura novo tipo de política indigenista: os índios passam a ter o direito de viver segundo suas tradições, sem ter de abandoná-las necessariamente; a proteção é dada aos índios em seu próprio território [...]. (MELATTI, 1980, p. 190)

A situação começava a mudar, pois costumes antes proibidos poderiam ser novamente praticados, desde que cumprissem com as metas estabelecidas pelos postos indígenas. Enfim, mesmo reproduzindo o Estado; o SPI inicia uma nova era na política indigenista nacional e, mais precisamente em Palmeira dos Índios, inicia a ressurgência do povo Xukuru-Kariri, pois da Fazenda Canto saíram os principais grupos de resistência com finalidades de realizar retomadas territoriais influenciando gradativamente na configuração política, ideológica e social do município. Deste modo, Siloé Amorim, ao estudar as condições de ressurgimento dos povos indígenas do Nordeste enfatiza que:

No caso, a ação indígena focaliza uma reconstrução identitária intrínseca a terra, o que representa para esses povos uma interação de busca com seu passado e uma relação conflituosa com a sociedade dominante contemporânea e suas contradições que precisam ser consideradas. (AMORIM, 2003, p. 55)

Portanto a retomada e o ressurgimento dos Xukuru-Kariri, perpassa por uma autocrítica e adaptação desses povos às novas condições as quais se inseriram. Em 1967, o SPI foi extinto cedendo lugar a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Inicialmente o novo órgão manteve a política de incentivo à produção agrária, porém não podia tutelar os indígenas, pois o contexto histórico era outro. Vários conflitos internos surgiam na Aldeia Indígena Fazenda Canto, em decorrência da hegemonia de determinadas famílias na liderança da aldeia, o que gerou uma cisão da comunidade culminando com retomada de uma nova área: a Mata da Cafurna, oficialmente demarcada em 1979.

São publicadas nessa época, duas pesquisas se destacam como da história de Palmeira dos Índios e dos Xukuru-Kariri. A primeira é de autoria de Luiz Barros Torres (1973), um comerciante local que nas horas vagas exercitava sua curiosidade pesquisando e coletando artefatos na região. Participou de várias escavações nas cercanias, onde encontrou objetos líticos e urnas funerárias.

Em seu livro “A Terra de Tilixí e Txiliá, não vemos o indígena como beberrão ou maltrapilho, mas como objeto de curiosidade, algo exótico e que lhe instigava a imaginação, porém esse indígena aparece carregado de estereótipos e do romantismo literário utilizado, sobretudo, para inculcar uma imagem idealizada no cotidiano da população de Palmeira dos Índios. Nesse contexto, o escritor afirma que:

Txiliá tinha aquela formosura das mulheres que a natureza se esmera para mostrar sua capacidade de artista. Seu corpo, coleante, moreno e de carne rígida, atraía olhares disfarçados dos xucuru-kariri machos, porque receiosos do ciúme vingativo de Etafé. Os seios mais pareciam duas bandas de maracá sagrado agitando-se em noites de ouricuri. Seus cabelos, sedosos e longos, caíam em castanha caudal por sobre os ombros, e as pontas mais atrevidas de sua vasta cabeleira vinham beijar maliciosamente o começo ondedado de suas nádegas, onde uma tanga de penas multicores velava o recato feminino. (TORRES, 1973, p. 52)

Luiz B. Torres criou uma trama com personagens trabalhados para explorar a imaginação dos seus leitores. Note que, no trecho citado, ressalta as características que julgou serem as mais apropriadas para os indígenas de Palmeira dos Índios. Esse fragmento, extraído da lenda de fundação da cidade que, foi popularizada pela mídia local e colaborou para criar uma imagem errônea dos Xukuru-Kariri que é utilizada até os dias atuais como modelo indígena padrão, gerando acaloradas discussões e terríveis embates ideológicos.

A segunda pesquisa é o livro “Wakonâ-Kariri-Xukuru: aspectos Sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas” do antropólogo Clóvis Antunes (1973) que, além de trazer dados históricos (alguns já tratados no presente trabalho), aborda os liames etnográficos da presença dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, fazendo uma coalizão entre dados documentais e etnográficos.

A obra é, no geral, uma compilação dos dados coletados durante as pesquisas de campo e das escavações que realizou durante os anos 1960, na qual obteve várias urnas funerárias e outros objetos. O livro, publicado em 1973, teve prefácio escrito por Luiz B. Torres.

Esses textos têm importância cardeal nessa pesquisa, pois, diferente de Graciliano Ramos, que se dedicava a criar efeitos negativos sobre os indígenas de Palmeira dos Índios. Luiz B. Torres e Clóvis Antunes se destacam pelo caráter científico e local de suas obras, que à época de sua publicação já mostravam índios, não imorais, mas como indivíduos socialmente organizados e presentes no cotidiano da população, seja em seu imaginário ou na literatura.

A divulgação científica dos Xukuru-Kariri lhes conferiu registros indelévels, que geraram efeitos perceptíveis até hoje. A exemplo disso temos a reprodutibilidade do tema em inúmeras pesquisas atuais. Como disse Umberto Eco: “Interpretar um texto significa explicar por que essas palavras podem fazer várias coisas (e não outras) através do modo pelo qual são interpretadas.” (ECO, 2005,

p.28) E se as palavras escritas nessas obras tiveram algum efeito, podemos notá-los quando vemos os indígenas reivindicando por seus direitos, recorrendo à eloquência desses autores para embasar seus argumentos.

Uma vez superado, o silêncio, ou melhor, suas proibições, os indígenas ganharam impulso para a luta. Dispondo de publicações que lhe conferiam o rigor científico necessário e munidos de uma vontade de luta inabalável, eles entraram em campo, no cerne das discussões políticas, primeiramente nos debates que aprovaram a constituição de 1988 (os artigos 231 e 232 que regulamentam os direitos das comunidades indígenas e os seus territórios) e conseqüentemente, nas retomadas territoriais que seguiram. Michael Pollak ao estudar esse tipo de memória (aquelas que o silêncio emudeceu), afirma que:

Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades. (POLLAK, 1989, p. 5)

A memória, hegemônica, heroica e tradicional entra em choque direto com aquilo que a sociedade considera como rejeito, tudo que foi encoberto ou proibido, não escrito ou silenciado. Os espaços públicos agora se tornam palcos para apresentações de toré; os maracás ressoam por entre as praças e residências avisando à mesma sociedade, que suas tentativas de aterramento foram inúteis. Com isso, “[...] a memória se declina no presente e é o impulso de ação para o futuro.” (JOUTARD, 2000, p. 32) Ao invés de destruir fortaleceram, garantindo a experiência do inferno e dando esperanças de um céu azul, onde as memórias entram em disputa remodelando os conceitos e ideias até então dominantes.

2.2 Propostas de delimitação territorial

A Constituição brasileira, no artigo 231, garante aos índios a delimitação das terras onde for comprovada sua presença. Mas, em Palmeira dos Índios-AL, mesmo com a comprovação da existência de índios, o processo demarcatório, não foi concluído. Pois a política local, ainda muito tradicional e oligárquica, sempre encontra formas de boicotar qualquer tentativa. Caso particularmente interessante que merece nossa atenção nessa explanação.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (BRASIL, 1988, p. 46)

Antes de demarcar terras, a Fundação Nacional de Amparo ao Índio (doravante chamada FUNAI) manda um grupo de trabalho (GT), composto basicamente por um Antropólogo, um engenheiro agrimensor e um ambientalista para que seja produzido um relatório preliminar, como forma de registro documental que sustente a proposta de demarcação, que é então encaminhada ao ministério público e deve ser lida por um juiz, podendo, ou não, ser aprovada.

Em 1988, foi formado um GT para estudar e delimitar a área a ser demarcada. Vale lembrar que a proposta se baseou na área original que foi demarcada durante o império, o equivalente aos 36000 hectares que, diga-se de passagem, não poderia ser levada em conta, pois, o município de Palmeira dos Índios havia se desenvolvido dentro do território em litígio.

A proposta do GT de 1988 (coordenado pela antropóloga Maria de Fátima Campelo Brito), de delimitar 13.020 ha., com perímetro de 40,5 km, envolvendo a área urbana de Palmeira dos Índios, foi considerada por unanimidade politicamente inviável, ainda que juridicamente legítima, já que são terras ocupadas tradicionalmente pelos índios desde o século XVIII, conforme demonstra a farta documentação disponível no processo. A proposta do GT-1988, baseada na demarcação de 15/11/1822 de "uma légua em quadro a partir do pião da igreja matriz", mais tarde cancelada pela Portaria de 03/07/1872 do Presidente da Província de Alagoas, que declarava extintas as aldeias indígenas de Alagoas, acabou não se tornando viável. Na verdade, os índios, antigos ocupantes da área urbana da cidade, foram esbulhados de suas terras legitimamente demarcadas no século XIX. (CARRARA, 2003, p._)

Logo, "A delimitação de 1988 chegou a uma área de 13.020 hectares com um raio corresponde a uma légua de sesmarias, ou seja, 6,6 km, tendo como centro a Igreja Matriz da cidade." (PEIXOTO, 2014, p. 5) Mesmo reduzindo fartamente a

proposta original, este GT, em sua delimitação, incluía parte do município o que gerou tensões, e por conta disso não foi aceita.

Em 1997, foi novamente formado um GT com o objetivo de estudar as terras Xukuru-Kariri. Encontrado dificuldades, como falta de colaboração dos moradores das terras pesquisadas e forte oposição dos políticos, a ideia de restituição do antigo território fora abandonada e a proposta foi travada. Nesse sentido, José Adelson Peixoto enfatiza que:

A expectativa era de que o GT revelasse outras áreas de direito dos Xucuru-Kariri fora dos limites do antigo aldeamento. O GT propôs a delimitação da Terra Indígena com superfície de 16.136 hectares e perímetro de 80 km, mas não a definiu cartograficamente. A proposta excluía a área urbana e anexava uma área de terras com extensão significativa que chegava ao vizinho Estado de Pernambuco. (PEIXOTO; SILVA, 2014, p. 5)

Este GT apenas constatou resquícios inegáveis da presença indígena nos arredores de Palmeira dos Índios e também na fronteira com Pernambuco, algo que também foi inviabilizado, pois além de enfrentar as elites locais, a FUNAI arranjaría um problema a mais. Então a proposta de delimitação territorial achou melhor reduzir o possível território Xukuru-Kariri à zona rural de Palmeira dos Índios, mas

A proposta era carente de fundamentação e quatro anos depois o relatório de identificação não fora entregue, os prazos venceram e a FUNAI, como medida emergencial agregou outras pequenas áreas ao uso dos índios, pagando benfeitorias para alguns ocupantes não índios no interior da área reconhecida historicamente. (PEIXOTO; SILVA, 2014, p. 5-6)

A partir de 2003, o antropólogo Douglas Carrara assumiu a responsabilidade em estudar e propor uma demarcação que agradasse índios e posseiros, contudo, nessa época as disputas estavam ainda mais acirradas na região. Mesmo assim, a equipe percorreu a zona rural de Palmeira dos Índios em busca de vestígios e dados comprobatórios.

Os técnicos e o antropólogo fizeram levantamento historiográfico, análise da fauna e da flora e um esboço da área total do aldeamento original, tendo em vista os artefatos líticos e a cacaria encontrada na região. De tal modo, que:

Em decorrência do trabalho de identificação e delimitação da terra indígena em estudo, acabamos percorrendo toda a área, buscando estabelecer os pontos que servem de limites para a terra indígena. Em diversos pontos, incluídos na área delimitada, encontramos fragmentos de içaças, cachimbos, machados de pedra e outros materiais que ajudam a comprovar a natureza indígena da antiga ocupação humana. (CARRARA, 2003, p._)

Interessa destacar que, não só a zona rural do município teve registros de achados arqueológicos, pois o perímetro urbano foi edificado sobre antigos aldeamentos e, em consequência disso, apresenta diversos pontos onde, provavelmente, existem vestígios da presença indígena. Em 2008 um novo GT se encarregou de fazer levantamentos na região, e nessa ocasião, a equipe visitou residências da região no encalço de escrituras e dados comprobatórios. Em outro momento Peixoto afirma que atualmente

A área em litígio é de 7.073 hectares, considerada inferior à área domínial dos índios à época da chegada de Frei Domingos de São José, em 1770. Os índios aceitam esse quantitativo de terras, mas o processo não avança porque não há consenso quanto à avaliação das benfeitorias existentes na área. O valor das indenizações é considerado acima dos recursos disponíveis no orçamento da FUNAI. Outro elemento que tem sido entrave no processo é a falta de perspectivas para a maioria das 463 famílias não índias que ocupam a área atualmente. (PEIXOTO, 2013, p. 59.)

As pesquisas feitas na região mostram que o território do município de Palmeira dos Índios-AL é muito disputado, mas vale ressaltar que a proposta atual de demarcação não atinge o perímetro urbano da cidade, apenas a zona rural, e concentra-se nas grandes propriedades de terra, sendo que os 'donos' de pequenas propriedades poderiam ter recorrido, e seriam movidos para uma outra região que estivesse fora da área em conflito.

2.3 Matizes da disputa territorial

Em 2015, o Ministério Público Federal aprovou, por mais uma vez, a proposta pedindo a sua efetivação em caráter de urgência. Rádios locais e sites anunciaram a decisão com espanto e as coisas começaram a ficar complicadas, fazendo com que os posseiros e grileiros das terras visadas no processo de demarcação se levantassem contra a decisão judicial. Vale ressaltar que todo o

processo tramita no ministério público do município de Arapiraca. A esta altura, o jornal 'Tribuna do Sertão' que circula em Palmeira dos Índios afirmou que:

O juiz federal titular da 8ª Vara Federal em Arapiraca, Antônio José de Carvalho Araújo determinou um prazo de seis meses para a União Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai) conceder a posse definitiva da Terra Indígena Xucuru Kariri, com 6.927 hectares, inclusive com a desintrusão dos atuais posseiros da área. (TRIBUNA DO SERTÃO, 2015, p. _)

Nessa ocasião, o prefeito de Palmeira dos Índios prestou esclarecimentos à população, da mesma forma que anteriormente, o chefe do executivo no município foi em defesa da classe dominante, sempre tentando doutrinar os seus eleitores; falando num tom de amabilidade e preocupação. Vejamos um trecho da entrevista do 'administrador' do município a uma rádio local:

Em público eu digo, que sou a favor do da cidade, não quero nunca que aceite na minha batuta que um desastre como esse aconteça em Palmeira dos Índios, estou ao lado dos pequenos produtores, porque são os que tão precisando. Aqui' não tem índio suficiente pra ocupar tanta terra! (Entrevista do Prefeito de Palmeira dos Índios à rádio Sampaio FM)

Partindo da premissa de que são 'proprietários' das terras em questão, os posseiros do município de Palmeira dos Índios constituem a elite econômica da região que tem sido, de certa forma, homogênea no que se trata da demarcação e direitos dos indígenas. Pois "[...] no nordeste os conflitos são fundamentalmente fundiários, envolvendo a acirrada disputa com proprietários tradicionais, grileiros e posseiros até por pequenas extensões de terras agricultáveis." (OLIVEIRA, 1993, p. VI)

Tornou-se característico dos políticos locais, (que são em sua maioria proprietários de grande parte das terras visadas no processo demarcatório) usar os diversos recursos midiáticos (rádio, Tevê e internet) disponíveis para defender sua posição e ainda influenciar os cidadãos a participar de movimentos contra a demarcação que mesmo aprovada ainda deverá enfrentar muita burocracia e passar pelos requisitos clientelistas, podendo ou não ser efetivada. Assim, a constituição brasileira tem sido ou mal interpretada e/ou desrespeitada.

Vimos até agora como a memória sobre os Xukuru-Kariri foi perpetuada em Palmeira dos Índios. Se víamos Graciliano Ramos os depreciando e considerando

como párias, representado toda uma sociedade dos anos 1930 que compartilhava da mesma visão do aclamado autor. Chegamos então aos anos 1950, quando o então Serviço de Proteção ao Índio – SPI, com todas as suas normas, veio se instalar em terras palmeirenses. Do esquecimento induzido, os índios, como crianças, passaram a ser tutelados.

Nos anos 1960, contemplamos o florescer de pesquisas interessadas no exotismo dos Xukuru-Kariri. Luiz B. Torres e Clóvis Antunes não enxergam os indígenas como refugio da sociedade de sua época, mas como um resultado de intensas estratégias de colonização. A curiosidade deles revelou Palmeira dos Índios como um dos maiores (quicá o maior) sítios arqueológicos de Alagoas e garantiu subsídios científicos para os laudos antropológicos que foram feitos na região posteriormente.

E, finalmente, compreendemos que o silêncio, ao ser quebrado, proporcionou o questionamento dos padrões históricos vigentes, suscitando debates e movimentando as reivindicações por direitos e assistência, por um lugar melhor para os jovens e pelo bem maior: a terra.

3 O VALE DA PROMISSÃO: demarcação, mobilização e conflito

O poeta chileno Pablo Neruda é o autor de diversos poemas. Dentre seus versos, alguns dos mais famosos constituem a história de Tupac Amaru (1971), que narra a conquista da América pelos espanhóis. Os versos que seguem, são extraídos dessa obra. Representam os índios que, após pegarem em armas, se encontram como sobreviventes; tem em si as cicatrizes da invasão como memórias dos castigos sofridos com todo o seu corpo sacudido pelo soluço do choro e da perda, gerando uma cascata com as lágrimas.

El indio te mostró la espalda
 en que las nuevas mordeduras
 brillaban en las cicatrices
 de otros castigos apagados,
 y era una espalda y otra espalda,
 toda la altura sacudida
 por las cascadas del sollozo.

Era un sollozo y otro sollozo.
 Hasta que armaste la jornada
 de los pueblos color de tierra,
 recogiste el llanto en tu copa
 y endureciste los senderos⁴ (NERUDA, 1971, p. _)

O poema acima, representa o sentimento de espoliação e mágoa adquiridos pelos indígenas no decorrer da história da América. Da mesma forma, podemos situar os Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios que, feridos (física e espiritualmente), renunciaram de sua grandeza pela sobrevivência e recolheram-se ao silêncio endurecendo (dificultando) suas veredas (caminhos).

Fazendo essa conexão com os versos de Pablo Neruda é possível comparar a história dos Xukuru-Kariri com a história de Tupac Amaru. Restam-lhe as cicatrizes

⁴ O índio te mostrou o ombro
 no qual as novas mordidas
 brilhavam nas cicatrizes
 de outros castigos apagados,
 e era um ombro e outro ombro,
 todas as alturas sacudidas
 pelas cascatas do soluço.

Era um soluço e outro soluço.
 Até que armaste a jornada
 dos povos cor de terra,
 recolheste o pranto em tua taça
 e endureceste as veredas.

e uma vontade de lutar, amparada nas lágrimas derramadas por todos aqueles que, como costumam dizer, tombaram na sua causa, parentes que há muito estiveram ombro a ombro em defesa de seu povo. Tendo experimentado a guerra e a morte, os índios se endureceram, silenciaram e blindaram sua cultura dos intentos daqueles que lhes afligiam.

Nessa conjunção, o escritor Luiz B. Torres (1973), em sua obra, se refere a Palmeira dos Índios, por muitas vezes como Vale da Promissão em alusão aos primórdios da ocupação da região, que a todos enchia os olhos pela fertilidade de suas terras. A cidade de fato prosperou, pelo menos até final dos anos 1960. Mas a que custo? Em cima de quantos cadáveres estamos pisando?

E essa Palmeira dos Índios? Está dividida. Não em dois blocos, mas em três; de um lado os indígenas, reivindicando os seus direitos garantidos constitucionalmente; do outro os posseiros das terras estudadas para o processo de demarcação, movendo seus títulos nas sombras; e por fim e não menos obstatante, o povo. Sim os habitantes, os cidadãos, os eleitores. Em suma, o gado que ao aboiar dos vaqueiros é controlado para tomar a direção que seus condutores desejam.

O Vale da Promissão tornou-se, enfim, um Vale de Lágrimas.

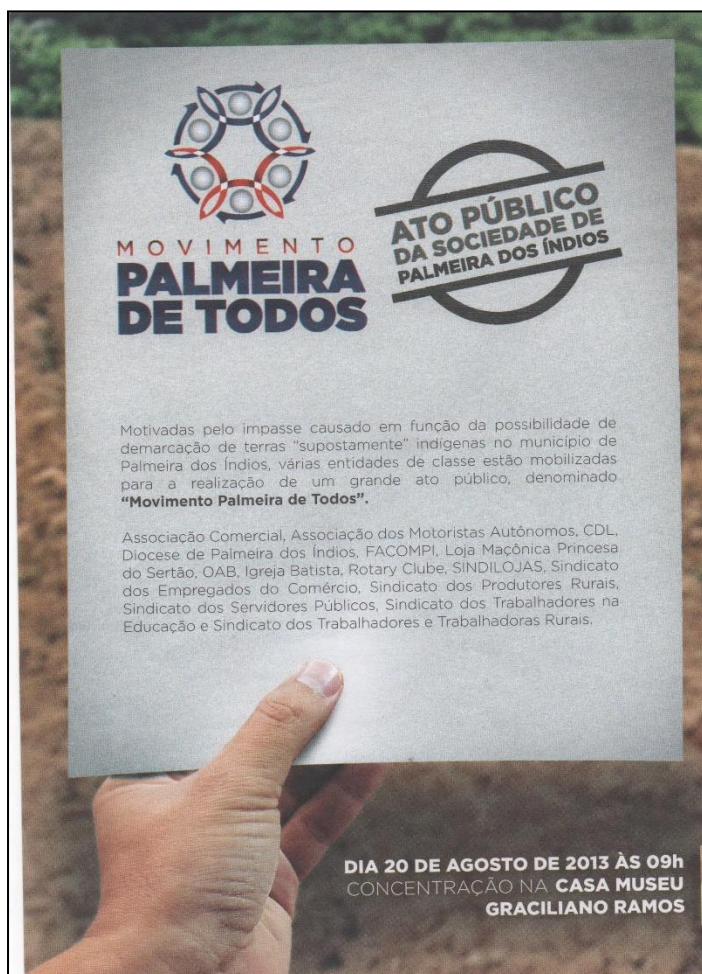
3.1 Prólogo dos conflitos

Carros de som por todos os lados declamando a esmo: “A FUNAI é uma ameaça! Juntem-se a nós e defendam seus direitos! Não à Demarcação!”

Era 20 de agosto do ano de 2013. Palmeira dos Índios havia amanhecido ensolarada, e hiperativa naquele dia, aniversário de emancipação política, momento de comemoração não só para o município, mas também para os fazendeiros da região que se dispunham de maneira aberta a cooptar a população para defender seu ponto de vista, num ato público que denominavam “Movimento Palmeira de Todos”.

Uma semana antes, garotos distribuíaam panfletos (foto 1) freneticamente. Em tom de convocação, a mensagem impressa no papel apelava para que a população se fizesse presente nesse ato, anunciado como a única forma de proteger a cidade do atraso econômico e da maldade da FUNAI. As emissoras de rádio, em seus principais programas jornalísticos, anunciavam o movimento como uma ação pública do interesse de todos.

Foto 1: Panfleto de divulgação do Movimento promovido pelos posseiros em 20 de agosto de 2013.



FONTE: acervo pessoal do autor

Nesse panfleto constam as seguintes inscrições: "Movimento Palmeira de Todos! Ato público da sociedade de Palmeira dos Índios." Incluir-se-ia também aos apoiadores do movimento, organizações sindicais que representavam os principais segmentos econômicos do município entre eles políticos e magistrados, convocavam também os moradores das zonas urbana e rural.

Um dos monumentos de grande relevância cultural⁵ da cidade estava encoberto por faixas que continham mensagens contra a demarcação. A 'casa museu' (foto 2), como é conhecida a residência onde morou o escritor Graciliano Ramos permanece ainda com estilo e arquitetura do início do século XX, suas janelas e portas são de madeira, um tipo bem antigo. No seu quintal fora feito um

⁵ A casa que hoje é sede de um museu dedicado a Graciliano Ramos, foi a morada de seus pais e também a sua entre os anos 1920 e 1930.

auditório, a muito tempo abandonado, contudo não realizam eventos lá, pois o teto cheio de buracos por onde se pode, sem muito esforço, ouvir o som dos morcegos, denuncia a situação de abandono com o patrimônio material do município.

Foto 2: Casa Museu Graciliano Ramos em 20 de Agosto de 2013.



FONTE: acervo pessoal do autor.

Um aglomerado de pessoas conversava desenfreadamente na calçada; falavam de tudo (da colheita, da vida dos vizinhos, dos filhos, das novelas etc.) menos da demarcação, estavam por lá e pouco sabiam sobre o tema (permaneciam na crença de que perderiam suas terras caso ocorresse demarcação), esperavam pelo prefeito do município e seus apaniguados. Duas horas haviam se passado, e nada do prefeito aparecer. Cães perambulavam pelas ruas. Às vezes sozinhos, as vezes em matilha. Uns eram um tanto sarmentos, outros grandes e alguns pequenos.

Os carros de som anunciaram a chegada dos representantes dos sindicatos e demais elites locais. Começaram discursando sobre o disparate da demarcação e os malefícios acarretados com a desapropriação das terras dos pequenos produtores. Sob a alegação de defender os menos favorecidos proferiam incendiados discursos lotados por erros ortográficos.

Após uma hora desses discursos inconsistentes, o prefeito é anunciado. Todo arrumado, de terno, gravata e tudo o mais que se exige dos ditos civilizados, acompanhado é claro, de um ar de superioridade e perigo. Os advogados discursaram em apoio à causa dos posseiros, dizendo ser contra a lei, tal delimitação territorial. Aquilo tudo parecia um teatro e uma cena muito comum era representada.

Lá estavam o prefeito, seu cunhado deputado – um figurão de aparência truculenta, conhecido na região por sua ligação com uma empresa de rádio local –, como de costume, estavam rodeados de assessores e simpatizantes. Para completar a trupe, acabava de chegar um deputado federal, futuro governador, que apoiava claramente os posseiros, além disso exibiam um documento, era uma ata da reunião ocorrida no gabinete do Senador Fernando Collor de Mello para discutir o tema; mais uma vez a oligarquia alagoana mostrou a que veio e o clientelismo se fazia lei na prática.

Tinha fazendeiro que cogitava atear fogo na propriedade caso fosse ameaçado, o argumento mais utilizado era o de que os índios são preguiçosos e não cultivariam a terra – isso foi proferido aos gritos –, um grande jogo de fingimentos, um verdadeiro teatro, o que aquilo representava; o palco era a casa de Graciliano, os bonecos eram as pessoas e os ventríloquos estavam personificados nos políticos, uma vez que, eram os grandes proprietários da região.

3.2 O Movimento contra demarcação: os posseiros se organizam

Naquela terça-feira, em que os posseiros e seus simpatizantes se organizaram contra a eminência de demarcação de terras em Palmeira dos Índios – AL, se comemorava 124 anos da emancipação política do município. Nem mesmo às festividades ocasionadas pelo feriado municipal, foram suficientes para acalmar os ânimos, acharam por bem aproveitar a data para realizar uma mobilização contra o reconhecimento e demarcações de terras indígenas pertencentes à etnia dos Xukuru-Kariri.

O movimento teve (e ainda tem) à frente, os grandes fazendeiros da cidade; figuras políticas influentes como o prefeito, vários vereadores, alguns deputados e até mesmo senadores, que são grileiros de uma grande parte das terras visionadas no processo demarcatório. A Casa Museu de Graciliano Ramos foi o local escolhido

para a concentração dos participantes do manifesto. Escolhida, sobretudo, pela influência de seu nome e por ser, um dos principais pontos turísticos e históricos da cidade.

Em uma das diversas falas proferidas no local, destacamos a seguinte afirmativa: “o Brasil é desorganizado e quer fazer com palmeira o que fez com águas belas e raposa serra do sol, fica tirando as terra da gente e quer dar aos índio preguiçosos que não trabalham, vamo acabar com essa maloqueragem” (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, 2013, p._)

Argumentos como esse, ancoram-se basicamente, na afirmação de que não existem índios na região e na classificação dos habitantes das aldeias pelo simples e arbitrário critério de pureza racial. Fazem referência as características físicas, ressaltando aquelas que ultrapassam os seus limitados conhecimentos. “Amparados pela legislação e utilizando regras estabelecidas por eles próprios, os grandes fazendeiros, pouco a pouco, com a ocupação de cargos, foram impondo o controle político hegemônico [...]” (SILVA, 2008, p. 113)

Para manter sua preeminência, buscaram apoio de políticos, padres, advogados entre outros que fazem parte de segmentos privilegiados da população e assim alcançam o público maciçamente. Percebemos que não foi por acaso que um ponto turístico de tamanha relevância foi utilizado como sustentáculo de divulgação dos argumentos contra demarcação.

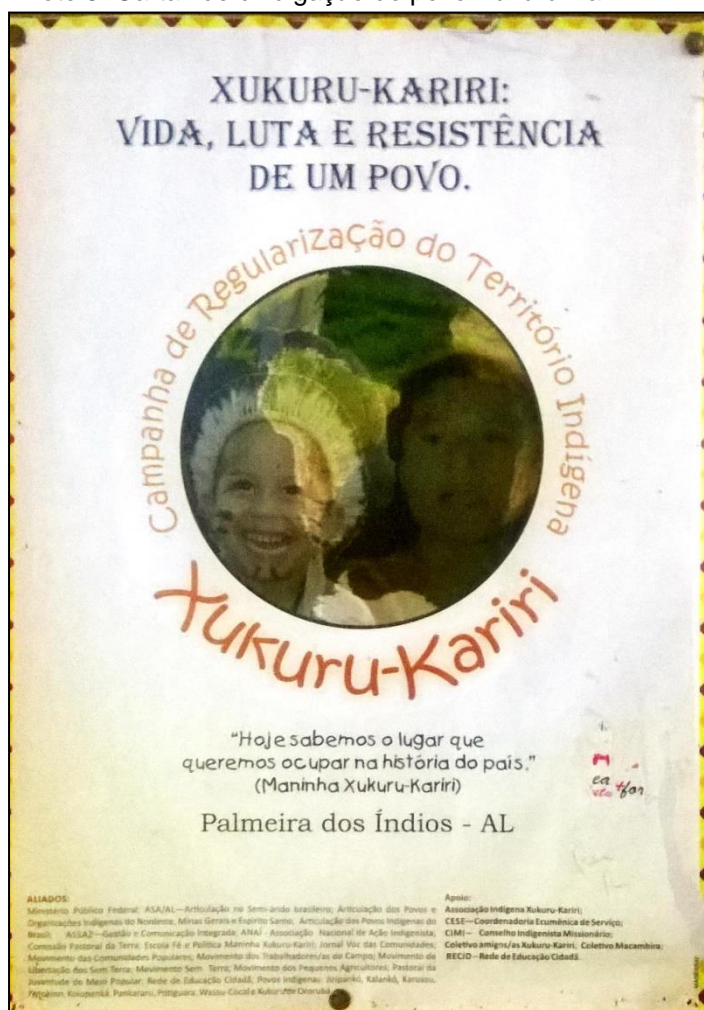
Evidenciamos que a disputa territorial sai do campo físico para o ideológico, para conquistar apoio popular, já que os líderes do movimento dispõem das rádios, jornais e demais mídias, podendo atingir o público maciçamente. Assim a população, que não está envolvida no processo demarcatório, é condicionada a aceitar as ideias dos políticos de forma análoga ao período eleitoral, que como bem sabemos, baseia-se no jogo de belas palavras, troca de favores e promessas de campanha.

3.3 Assembleia: A política territorial indígena nas aldeias do povo Xukuru-Kariri

Quarta-feira, nono dia do mês de outubro de 2013, fazia calor. A 7 (sete) quilômetros do centro de Palmeira dos Índios, o povo Xukuru-Kariri se reunia em assembleia geral para discutir os rumos que o processo de demarcação territorial tomara. Era também um momento de interação entre o povo e várias organizações

que, de uma forma ou de outra, debatiam os mesmos assuntos. Tratar de política na aldeia, tornou-se um elemento do cotidiano dos índios, que desde pequenos aprendem a exercer suas funções dentro da aldeia e a tomar partido pela causa de seu povo. Assim, a divulgação de suas ações (foto 3) é comum.

Foto 3: Cartaz de divulgação do povo Xukuru-Kariri.



FONTE: acervo pessoal do autor

O ar daquele lugar exalava um cheiro doce de fumaça e ervas. Em uma grande faixa, pintada a mão, localizada no centro do local estava escrito “V Assembleia do Povo Xukuru Kariri Terra é mãe, fonte de vida e bem viver!” – um lema muito bem planejado – meses antes, os posseiros haviam se reunido para difamar os mesmos índios que forjaram tal lema.

Haviam casas de taipa, por todos os lados estávamos em uma propriedade que fora recentemente ocupada pelos índios, como sinal de retomada territorial, pois não se conformavam com a situação, uns com tantos e eles que precisavam da terra

para sobreviver dispunham de tão pouco. O chão de barro vermelho batido, combinava com as casinhas tão simples, que pareciam dele ter brotado. As crianças brincavam e corriam, era o encontro de uma geração em plena luta que passava seus valores ao mais novos. Nas cercanias, era possível ver plantações de mandioca, inhame e alguns cajueiros.

Fomos recebidos pelo Pajé, um homem alto e sério, com o corpo pintado em tons de preto. Em sua mão direita portava um maracá, na esquerda um cachimbo e a cabeça estava encimada por um cocar artesanalmente confeccionado com penas brancas e pretas que combinavam com a pintura corporal. Essa figura majestosa impunha uma aura de respeito, apesar do seu tom de voz polido e cortês. Ele nos levou a um galpão localizado mais ao fundo do local.

Uma faixa, grudada na parede, ostentava o lema da assembleia. Era, porém, feita com letras de papel emborrachado coladas em um tecido amarelo, a direita estava uma mesa, ornada com palhas verdes de palmeira Ouricuri. Ao fundo, um banner com fotos e inscrições sobre suas lideranças que já haviam tombado durante a luta por terras na região.

Estavam no local, quando a assembleia se iniciou, líderes de algumas aldeias e também um advogado da FUNAI, que nos falou sobre o processo de demarcação das terras de Palmeira dos Índios. Ele disse que o juiz estava demorando para aprovar a proposta, pois estava a escrever as justificativas; o ambiente estava repleto de índios e outros estudiosos do tema, inclusive membros do Conselho Indigenista Missionário-CIMI, que é um órgão da Igreja Católica, inserido nas ações dos indígenas.

Quem liderava a assembleia era o Pajé e uma mulher de aspecto rígido, muito cautelosa em suas palavras, porém conhecia os temas e sempre fazia perguntas ao advogado. Os dois eram lideranças do povo Xukuru-Kariri e participaram ativamente de sua assembleia. Com isso, podemos fazer uma comparação entre os argumentos dos posseiros (que não existem índios) e os dos índios, que provam sua existência agindo como seres pensantes e politizados.

A assembleia contou ainda, com a presença do vice-cacique do povo Xukuru de Ororubá juntamente com outros líderes desse povo do município de Pesqueira – Pernambuco. Tal presença mostra que, os Xukuru-Kariri têm apoio de índios de outra região os quais, servem de exemplo devido seu histórico de lutas e também pelo legado deixado por seu falecido cacique, Xicão Xukuru.

Dois jovens índios do povo Xukuru, apresentaram vídeos que foram produzidos em suas aldeias, sobre a história de seu povo e mostraram aos Xukuru-Kariri que é possível se unir para conseguir o que desejam. Vale lembrar que existem disputas internas entre os Xukuru-Kariri e por isso nem todas as aldeias participam da assembleia.

Desde 2013, com a intensificação das reivindicações por terra por parte dos índios, o governo municipal vem promovendo um conjunto ações contra a delimitação territorial. Uma dessas ações foi o “Movimento Palmeira de Todos” e diversas reportagens, entrevistas e propagandas figuravam, nos meios de comunicação local, como preponderantes a formação de opinião contra os índios.

A política palmeirense é imprevisível, ainda existem muitos pormenores; situação comum na cidade pequena onde as ‘autoridades’ mandam e desmandam. Coisas acontecem às escondidas e a população só fica sabendo através da mídia, muito tendenciosa como mencionado anteriormente.

Ainda em 2013, o prefeito de Palmeira dos Índios, em sessão no senado proferiu um discurso eloquente, requisitando apoio na sua causa e repetindo que aqui em Palmeira dos Índios não existe índio e que os poucos que se dizem como tal, não passam de malandros e aproveitadores em uma típica e clara alusão a Graciliano Ramos.

3.4 Nas veredas do vale de da promessa: um desfecho para a pesquisa

Como bem sabemos, as disputas territoriais são parte do cotidiano de Palmeira dos Índios; uma cidade dividida pelo conflito. Refletimos sobre a situação desses indígenas nos dias atuais e, ainda, abordamos os principais movimentos perpetrados contra e a favor da demarcação territorial e como as lideranças de ambos os lados atuaram para conseguir apoio.

O Movimento Palmeira de Todos foi um momento excêntrico da história que se passa ao nosso redor. Ver as elites se juntando para concretizar seus objetivos revelou que as informações podem ser maquiadas e vendidas nas mídias como se fossem propagandas eleitorais, com o intuito de cooptar as pessoas que estão por fora da questão territorial. Quanto as mobilizações dos indígenas, é importante destacar a sua inserção na política territorial como algo extremamente singular.

As elites locais têm reservado “[...] as melhores coisas para si, não concedendo, com raras exceções, nem dignidade nem liderança às aldeias, mas, na verdade, depreciando o seu valor e a sua cultura” (THOMPSON, 1998, p. 26). Nesse sentido, a lenda é passada por gerações, de forma romantizada para encobrir a situação dos povos que ainda hoje lutam por reconhecimento, pela terra, e pelas matas dessa região dominada por latifúndios, tão bem defendidos pelo Prefeito⁶ do município em entrevista a uma rádio local, quando afirma, taxativamente, que:

[...] estamos junto nessa batalha! Em público eu digo, que sou a favor do da cidade, não quero nunca que aceite na minha batuta que um desastre como esse aconteça em Palmeira dos Índios, estou ao lado dos pequenos produtores, porque são os que tão precisando. Aqui’ não tem índio suficiente pra ocupar tanta terra! (RIBEIRO, 2015, p_)

Nessa acepção, a disputa pela memória é, sem dúvidas, uma constante em nossa abordagem, uma vez que, “[...] negar outrem, já é conhecê-lo” (BRAUDEL, 1978, p. 42). Destarte, ponderamos sobre os conflitos territoriais na região, compreendendo que os atos de negar e de sabotar a cultura indígena são, também, formas de afirmar a presença desses povos na região, reconhecendo-os como uma ameaça ao *status quo*.

Enfim, para compreendermos um tema que gera tantos conflitos, temos que, conhecer aquilo que queremos criticar, para não incorrer no mesmo erro que os posseiros ao classificar os índios como aculturados e pouco representativos de uma ‘raça’. Temos de ter em mente, que os índios do Nordeste têm algo que os define, algo que é desconhecido e que os une como povos aptos para lutar tanto abertamente, quanto politicamente por seus direitos.

⁶ Entrevista concedida pelo Prefeito James Ribeiro Sampaio Calado Monteiro a Rádio Sampaio FM de Palmeira dos Índios em 13 de março de 2015.

CONCLUSÃO

Concluir não é dar por acabado. Mesmo que este seja o resultado de uma fase ou o fechamento de um curso de graduação, essa pesquisa não se encerra, mas quer (ou, ao menos, pretende) deixar questionamentos e reflexões sobre o mundo que nos cerca, mesmo que esse mundo seja o nosso quintal. Porém, se você espera que estas palavras aqui escritas lhe deem respostas, saiba que está definitivamente enganado. Longe de apresentar soluções, este trabalho gera refutações. Se você é de Palmeira dos Índios ou a conhece, conseguiu entender o intento desta breve análise. Mas se você leu e não se identificou, é necessário um minuto ou dois a mais de reflexão.

Se imagine, tendo nascido numa aldeia indígena. Lá você certamente teria ensinamentos dos mais diversos; os mais velhos conversariam com você e lhe orientariam; você cresceria dentro de um credo e de acordo com costumes, que podem até mesmo ser parecidos com os que já temos, mas por se identificar como índio, você teria que escutar as pessoas lhe classificando hora como selvagem, hora como ardiloso (para não mencionar os diversos qualificativos infames com os quais os Xukuru-Kariri são identificados).

Mas não para por aqui, agora se imagine, como tendo nascido em boas condições; nessa realidade, seu pai teria vários hectares de uma terra marcada por sangue e ostentaria com orgulho um cargo público. Nesse baile de poder, você o filho, seria logo absorvido por esse sistema e passaria a pregar a mesma fé e costume de seu pai. Os qualificativos infames sobre os índios, partiriam de sua língua como um chicote e causariam ferimentos causticantes na história de sua cidade e o povo lhe seguiria, acreditando na idoneidade de suas palavras.

Imagine agora, ter nascido como cidadão comum e trabalhador. Nessa ficção, sua arma seria (ou teria sido), quem sabe, uma enxada ou colher de pedreiro, talvez uma vassoura. Ou você trabalharia em qualquer outra função, só não seria médico, advogado ou doutor em quer que tenha sido seu intento, pois o seu político favorito lhe dirá que sua situação é boa e você ainda lhe dedicaria valorosos elogios.

Esse quadro, apresenta Palmeira dos Índios, mas não como a desejamos. Essa cidade é a encarnação da vontade de quem almeja o lucro e cargos políticos. Se tudo correr dessa forma, a benesse é garantida. Porém, quando os índios se revoltam e retomam o que um dia lhes pertencera, ou o pobre cidadão abre os olhos

e deixa de ser massa de manobra se formando e alcançando determinadas altitudes essa balança deixa de dependurar de um único lado. Sabe o que acontece?

Incomoda. E esse incômodo gera movimentos como o “Palmeira de todos” que a despeito desse “todos” representou só alguns. E nessa sublevação os índios se politizaram e continuam a discutir temas complicados com certa maestria; entendendo a terra como mãe e não como lucro compreendendo que é o mundo que nos ordena e não somos nós que o ordenamos.

Vimos até agora, que os Xukuru-Kariri se situam nessa história não como seres extintos ou míticos, mas como percussores e produtores de conhecimento. A experiência desse povo foi fortalecida por momentos de dominação, opressão e diáspora. Isso só contribuiu para fortalecê-los ainda mais em seu o ressurgimento diante dos contextos históricos (da ditadura civil-militar aos dias atuais) aos quais foram submetidos.

Acompanhamos ainda, os conflitos mais recentes e as estratégias utilizadas por ambos os lados, evidenciando que os povos indígenas estão cada vez mais conscientes de sua história e mais convictos de suas tradições, indo ao campo da política como pensadores críticos e fazendo valer cada vez mais os seus direitos. Contudo ainda vivemos num tempo em que a lei é apenas o reflexo dos anseios dos mais abastados e detentores de cargos políticos que, ao invés de personificar a vontade do povo, resguardam-se em seus bolsos.

Os conflitos oriundos na disputa pela posse da terra têm criado momentos de enfrentamento e de reclusão, de visibilidade e de invisibilidade como recursos de sobrevivência do povo Xukuru-Kariri. Esses Índios, resultantes de inúmeras perseguições, do escravismo, da catequese, do preconceito e da privação de sua terra e religião se mostram, atualmente, como uma cultura que têm muito a oferecer.

Ao longo desse trabalho, discutimos as origens da animosidade e ressentimento em torno das querelas territoriais, entendendo que o território é também um campo de batalha das memórias. Vimos também que a construção do pensamento e dos discursos acerca da presença indígena em Palmeira dos Índios no decorrer do século XX e início do XXI, perpassam esse conflito.

Mas também compreendemos que, o conteúdo eternizado por Graciliano Ramos influenciou decisivamente na construção dos conflitos. Suas ideias foram perpetuadas e vem se reproduzido como uma forma de defesa a tradição oficial e

impedimento às propostas de delimitação territorial. Assim, entramos na disputa meditando sobre seus entretens.

Assinalamos ainda, a existência de um forte anseio político entre os Xukuru-Kariri. Suas organizações e assembleias demonstram isso. Mas sabemos também, que há oposição encarnada no movimento contra demarcação. E mesmo que a sociedade tente permanecer relutante delegando-lhe o passado como lugar em nossa história, os índios nos dão prova, no hoje, de que podem sim fazer política, história, economia, cultura e qualquer que seja o desígnio sem deixar de ser quem são.

A presença deles, não pode mais ser simplesmente ignorada, pois a invisibilidade não tem mais sentido, já que só se tem atenção quando ganha visibilidade, deixando de ser uma lenda para confirmar sua presença na história. De tal modo, escrever sobre os índios diante de um conturbado processo de demarcação é entender que existem elites opostas a esse processo de historicização e consolidação desses povos.

Acompanhamos através de pesquisas recentes as principais propostas de demarcação de terras indígenas na região e vimos que a ação dessa elite tem sido prejudicial ao que foi previsto na Constituição de 1988, mas esta análise também revela que os índios não foram extintos para compor lendas, eles estão vivos como parte de nossa realidade e atuam discutindo ativamente e promovendo ações a favor de seu povo.

As disputas territoriais em Palmeira dos Índios-AL ainda são muito inflamadas. A elite política e latifundiária age inescrupulosamente para garantir a concretização de seus interesses. Também discutimos brevemente, o conceito de território e a ligação que os indígenas têm com ele mesmo antes da chegada da dita civilização, pois viviam e criavam seus filhos nessa terra, fazendo dela seu motivo de ser e existir.

Constatamos que os Xukuru-Kariri se situam na história de Palmeira dos Índios não como seres extintos ou míticos, mas como percussores e produtores dessa história, que passou por momentos de dominação, opressão e diáspora. Uma história permeada por momentos de ressurgimento, conflitos, organização e lutas pelo reconhecimento de sua dignidade.

Ainda há muito para pesquisar sobre o tema, imagens a analisar, transcrições a serem feitas e trabalhos acadêmicos a serem construídos. Então,

temos um campo de pesquisa frutífero, busquemos suporte no que foi feito para construir uma história local mais próxima da verdade, se é que ela existe, e não nos acomodemos em uma lenda.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Siloé Soares de. **Índios Ressurgidos: a construção da auto-imagem. Os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Catokinn e os Koiupanká..** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Multimeios do Instituto de Artes da UNICAMP Campinas-SP, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru: aspectos Sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas.** Universidade Federal de Alagoas: Imprensa universitária, 1973.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** Texto promulgado em 05 de outubro de 1988, Artigo 231.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos Sobre a História.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1978
- BRUIT, Héctor H. O Visível e o invisível na Conquista Hispânica da América. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- CARRARA, Douglas. **Relatório Preliminar Circunstanciado de Verificação e Delimitação Terra Indígena Xukuru-Kariri.** Disponível em: <http://bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em 25 de maio de 2013.
- ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação.** Tradução MF: revisão da tradução e texto final Monica Stahel. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XX. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. FERNANDES, Tania Maria. ALBERTI, Verena (orgs.) **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Prefácio de Sir James George Frazer; traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; revisão de Eunice Ribeiro Durham. 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1980.

MONTEIRO, James Ribeiro Sampaio Calado. **Demarcação de terras** Entrevista concedida pelo Prefeito a Rádio Sampaio FM de Palmeira dos Índios em 13 de março de 2015. Formato: 3ga Tamanho: 12,7mb Duração: 13m : 36s

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória: combates pela história. In: **História Oral**, v. 10, n. 1, p. 27-42, jan.-jun. 2007.

NERUDA, Pablo. Tupac Amaru. In: **Canto General**. Disponível em: www.cervantesvirtual.com/.../canto-general.../ff2585f4-82b1-11df-acc7-...
Acesso em: 23 de março de 2016

OLIVEIRA, Paulo Celso de. Gestão territorial indígena: perspectivas e alcances IN: ATHIAS Renato. PINTO, Regina Pahim. (organizadores). **Estudos indígenas**: comparações, interpretações e políticas. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. "A viagem da Volta": reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no nordeste In: **Atlas das Terras Indígenas do Nordeste**: projeto de estudo sobre terras indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional, 1993.

_____ Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, Abr 1998, vol.4, no. 1, p.47-77.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. São Paulo: editora da UNESP/ Paralelo 15. 2000.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Movimento Palmeira de Todos: não a demarcação da FUNAI**. 2013.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. SILVA, Thayan Correia da. **Demarcação, Desintrusão e Conflito Territorial em Palmeira Dos Índios-AL**, 2014.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. João Pessoa: UFPB, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Álvaro. **Notas de história da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Graciliano. **Caetés**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **Falando dos índios**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. IN: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. de. SILVA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SILVA, Edson Hely. **Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. Orientador: John Manuel Monteiro. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: UNICAMP, 2008.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando Sentidos: Os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no agreste alagoano**. Maceió/ Edufal 2013.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Revisão técnica: Antônio Negro. Cristina Menguello. Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Luiz B. **A terra de Tilixi e Txiliá**: Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

TRIBUNA DO SERTÃO. **Justiça Federal determina posse definitiva de 6.927 hectares aos Xucurus Kariris em Palmeira**. Disponível em: <http://www.tribunadosertao.com.br/2015/03/justica-federal-determina-posse-definitivade-6-927-ha-aos-xucurus-kariris-em-palmeira/> Acessado em 13/03/2015

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Povos indígenas**. Maceió: 2015.